

Economia - Brasil

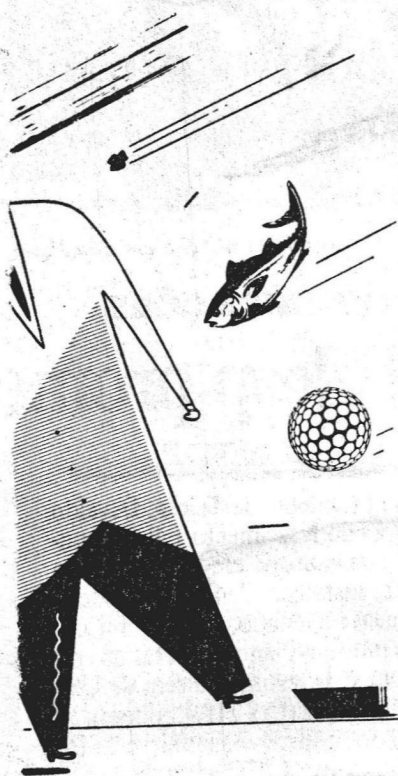
O telhado é nosso

CARLOS ANTONIO LUQUE

Desde o início da década de 80, o desempenho econômico do Brasil tem sido medíocre. As taxas de inflação, exceto pelos períodos de congelamentos de preços, têm-se acelerado de modo contínuo e o nível de renda per capita está praticamente estagnado. Os lentos crescimentos do produto e emprego não têm conseguido absorver o crescimento populacional, causando o engajamento cada vez mais expressivo de parcela da mão-de-obra em atividades de baixa produtividade, com salários reais extremamente reduzidos.



Ao longo desse período, os condutores da política econômica não têm sido capazes de orientá-la de forma coordenada a dar maior grau de estabilidade à nossa economia. À luz desse fato, e na ânsia natural de encontrarmos os responsáveis por essa situação, os economistas têm sido apontados como os principais responsáveis por todos esses problemas.



Infelizmente, para nós brasileiros, é uma pena que assim não seja, porque, se pudéssemos responsabilizar os economistas, estaríamos a um passo de solucionar a situação. Bastaria substituí-los por outros profissionais, de outras áreas.

A situação, entretanto, é totalmente diferente. Sem querermos defender os economistas meramente por considerações de natureza corporativa, ou por sermos mais ou menos simpáticos com as equipes econômicas que por lá passaram ao longo dos últimos anos, é conveniente ressaltarmos alguns pontos. **Nós economistas temos muito a ver com essa situação perante o resto da sociedade.** Como Millôr Fernandes dizia: em matéria de assuntos econômicos não devemos nos preocupar com aquilo que falamos, pois, certamente, alguém poderá dizer exatamente o contrário com igual bom senso. Naturalmente, à medida que os economistas tanto divergem e discutem, para o resto da sociedade passa-se a noção de que o problema é de competência de um grupo e incompetência de outro.

Por que os economistas divergem tanto? Duas são as razões principais. A primeira deriva do fato de que a Ciência Econômica não é um corpo uniforme de co-

nhecimentos que envolve todos os economistas. Para cada pergunta a respeito de algum assunto em matéria de economia existem pelo menos dois tipos distintos de respostas, revelando a existência de diferentes teorias. Entretanto, essa não é a razão principal de tamanha divergência. O problema fundamental deriva de diferentes posições políticas.

Há os economistas que representam uma filosofia mais liberal acreditando que a presença do Estado nas atividades econômicas é negativa. Esse grupo acredita que os mercados funcionam perfeitamente não sendo necessária a presença do Estado, exceto em algumas atividades específicas. Neste caso, tais economistas seriam contrários a praticamente todos os tipos de intervenções por parte dos responsáveis pela condução da política econômica, como, por exemplo, congelamento de preços, regras salariais, presença das empresas estatais, etc.

Por outro lado, existem aqueles que julgam que os mercados não funcionam tão perfeitamente e consideram fundamental a presença do Estado na vida econômica. Neste sentido, considerando a natureza e a profundidade da crise econômica nacional é fundamental que nós economistas procuremos superar nossas divergências teóricas e principalmente políticas e nos engajarmos num debate que efetivamente procure encontrar os caminhos que superem nossas dificuldades.

A superação das dificuldades não será obtida meramente por maior entendimento entre os economistas, pois ela não reflete um problema que possa ser tarefa apenas de uma categoria. A solução exige que todos os setores da sociedade superem suas divergências políticas e interesses específicos concretizando um projeto que efetivamente lance as bases para a estabilização de nossa economia e promoção de um processo de desenvolvimento econômico.

É importante lembrarmos que o diagnóstico da crise brasileira é, num certo sentido, bastante conhecido. Por exemplo, um dos elementos centrais refere-se à racionalização dos gastos públicos. Entretanto, tal racionalização passa por uma política de emprego no âmbito do setor público que evite o inchaço da máquina governamental. Existe também toda a questão dos encargos associados à dívida externa que exigem um tratamento adequado. Ocorre, porém, que se isso for verdadeiro a solução depende muito mais de acordos políticos, tanto no nível interno como no externo, do que da competência da equipe econômica.

Evidentemente, não podemos eximir os economistas de parcela de responsabilidade pela situação por que passa nosso país. Pelo contrário. O reconhecimento da existência da Ciência Econômica pressupõe a existência de um conjunto de conhecimentos que são específicos dos economistas. Desta maneira, os responsáveis pela condução da política econômica devem, necessariamente, possuir tais conhecimentos, pois, em caso contrário, certamente não conseguiremos dar solução aos nossos problemas. Entretanto, a execução de uma política econômica adequada deve estar respaldada por um apoio de toda a sociedade.

□ Carlos Antonio Luque, professor da FEA-USP, é diretor de Cursos da Fipe e presidente do Conselho Regional de Economia — São Paulo.